



ALÉM DA INJUSTIÇA: O IMPACTO DAS FALSAS ACUSAÇÕES DE ESTUPRO NA VIDA DOS INOCENTES

THE IMPACT OF FALSE RAPE ACCUSATIONS ON THE LIVES OF THE INNOCENT

Jeovana Oliveira SILVA ¹

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: jeovanaoliveirasilva99@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-5583-2409>

Juliana Carvalho PIVA ²

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: juliana.piva@unitpac.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0009-0007-3509-9804>

559

RESUMO

O artigo aborda o impacto das falsas acusações de estupro na vida dos inocentes, com ênfase nos efeitos psicológicos, sociais e profissionais desses indivíduos. A pesquisa destaca como essas acusações podem afetar profundamente a saúde mental, gerando transtornos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, além de provocar estigmatização social, prejuízos nas relações interpessoais e danos à reputação. O estudo também examina a eficácia do sistema judicial em lidar com esses casos, identificando falhas processuais e propondo melhorias nas técnicas investigativas para evitar erros judiciais. O trabalho também explora políticas públicas e intervenções necessárias para proteger tanto as vítimas de crimes reais quanto os inocentes acusados injustamente, sugerindo campanhas de conscientização e a criação de serviços de apoio psicológico para os acusados falsamente. A pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de um sistema judicial mais justo e para a implementação de estratégias eficazes na prevenção de falsas acusações.

Palavras-chave: Inocentes. Justiça. Falsas acusações. Impacto psicológico

¹ Discente do Curso Superior de Direito do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) e-mail: jeovanaoliveirasilva99@gmail.com.
ORCID <https://orcid.org/0009-0008-5583-2409>.

² Docente do Curso Superior de Direito do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC). Juliana Carvalho Piva. E-mail: juliana.piva@unitpac.edu.br ORCID <https://orcid.org/0009-0007-3509-9804>

ABSTRACT

The article addresses the impact of false rape accusations on the lives of innocent people, with an emphasis on the psychological, social and professional effects on these individuals. The research highlights how these accusations can profoundly affect mental health, generating disorders such as anxiety, depression and post-traumatic stress, in addition to causing social stigmatization, damage to interpersonal relationships and damage to reputation. The study also examines the effectiveness of the judicial system in dealing with these cases, identifying flaws and proposing improvements in investigative techniques to avoid miscarriages of justice. The work also explores public policies and interventions necessary to protect both victims of real crimes and innocent people wrongly accused, suggesting awareness campaigns and the creation of psychological support services for those falsely accused. The research aims to contribute to the development of a fairer judicial system and the implementation of effective strategies to prevent false accusations.

Keywords: Innocent. Justice. False accusations. Psychological impact.

INTRODUÇÃO

Em um contexto sombrio de injustiça, as falsas acusações de violação emergem como uma forma de crueldade particularmente devastadora. Embora a sociedade concentre os seus tão necessários esforços na proteção e no apoio às vítimas reais de violência sexual, existe um lado muitas vezes esquecido: o impacto devastador que as acusações infundadas têm sobre pessoas inocentes. Imagine que sua vida repentinamente virou de cabeça para baixo, sua reputação foi arruinada e seus relacionamentos pessoais e profissionais foram irreparavelmente prejudicados por falsas acusações.

Esta injustiça não só corrói a confiança no sistema de justiça, mas também destrói a estrutura da sociedade, semeando as sementes da desconfiança e do medo. Um homem inocente acusado injustamente de um crime tão grave como o estupro pode ter uma série de consequências terríveis em sua vida. Primeiro, tem efeitos psicológicos profundos, estando sempre presentes ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Quando um indivíduo é falsamente acusado de um crime, a provação é frequentemente descrita como um pesadelo sem fim. A crença predominante na

sociedade de que “onde há fumaça, há fogo” muitas vezes leva à presunção de culpa antes que qualquer julgamento justo ocorra. Este preconceito social pode ter consequências devastadoras, incluindo desemprego, tensão nas ligações pessoais e profissionais e, em alguns casos, até encarceramento.

O impacto psicológico é imensurável, infligindo danos duradouros ao bem-estar mental que podem persistir durante anos, mesmo após a exoneração. Os efeitos prejudiciais de alegações infundadas têm consequências de longo alcance na sociedade. Corroem a fé do público no sistema jurídico, minando a confiança de que a justiça acabará por ser feita. A punição de indivíduos inocentes não só perpetua a injustiça, como também desvia recursos cruciais da investigação e da acusação dos verdadeiros infratores. Além disso, as falsas acusações têm o potencial de polarizar as comunidades, fomentando divisões e desencadeando conflitos que intensificam tensões pré-existentes. É crucial discutirmos esta questão com a seriedade que merece, implementando reformas que minimizem a probabilidade de falsas acusações e forneçam apoio suficiente àqueles que foram falsamente acusados. Só através de um compromisso coletivo para manter a integridade do sistema judicial e promover a justiça na sua verdadeira forma poderemos evitar que inocentes sejam sacrificados no altar da justiça falhada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Do Impacto Psicológico das Falsas Acusações

Estudos na área da psicologia forense, destacam os efeitos devastadores das falsas acusações sobre a saúde mental dos acusados. As vítimas dessas acusações frequentemente enfrentam transtornos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. As falsas acusações podem gerar um estado constante de medo e apreensão. As vítimas podem viver com a ansiedade de serem presas, julgadas ou socialmente ostracizadas.

A incerteza sobre o futuro e a preocupação com o julgamento público podem levar a sintomas de ansiedade generalizada, como inquietação, irritabilidade, dificuldade de concentração, fadiga e problemas de sono. Em casos extremos, as vítimas podem desenvolver ataques de pânico, caracterizados por episódios súbitos de medo intenso, acompanhados de sintomas físicos como palpitações, sudorese e

sensação de asfixia. Também há acusações feitas por crianças que exigem uma análise mais criteriosa, já que existe a possibilidade de terem sido induzidas por um dos genitores. Muitas vezes, essas acusações são utilizadas com o objetivo de prejudicar a imagem do outro e justificar a prática de alienação parental.

Como já foi mencionado, o genitor alienador emprega vários métodos e estratégias legais que nem sempre são legítimos para excluir o outro genitor da vida dos filhos. Dentre essas práticas, a mais grave, devastadora e ilegal é fazer com que as crianças falsifiquem a versão do incidente do genitor acusado. Esse comportamento, além de causar danos morais e prejudicialmente a confiança do acusado, às vezes se aproveita das fases específicas do desenvolvimento psicológico e sexual da criança, bem como da complexa relação entre fantasia e desejo que está presente durante essa fase da vida.

Esse é o posicionamento da Psiquiatria Clínica da USP:

A veracidade ou a falsidade do abuso sexual deverá ser investigada. Interpretações ou memórias equivocadas por parte da criança e submissão ao adulto que levem o menor a mentir deliberadamente sobre o suposto abuso sexual e a formular falsas denúncias não são raras (Lipian et al., 2004), cabendo aos profissionais envolvidos manter o distanciamento necessário à apuração dos fatos – daí a necessidade de um trabalho multidisciplinar (Pillai, 2005; Calçada et al., 2002).

Essas acusações são feitas de maneira sugestiva, difamando o pai e levando a criança a desenvolver sentimentos de repulsa em relação a ele. No âmbito do processo penal esses depoimentos estão sendo analisados com uma extrema relevância probatória, pode trazer o convencimento ao juiz e assim levantando questionamentos, especialmente perante aqueles que já se demonstram mais tendenciosos. No Brasil, a legislação penal prevê a punição para pessoas que fazem falsas acusações, tipificando esta conduta como crime. O artigo relevante para tratar deste tipo de infração é o Artigo 339 do Código Penal Brasileiro:

Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente: Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

Este projeto de pesquisa estabelece que qualquer pessoa que, deliberadamente, faz uma falsa acusação com a intenção de provocar uma investigação ou processo contra alguém, sabendo que a pessoa acusada é inocente, comete um crime. A pena para a denúncia caluniosa varia de dois a oito anos de reclusão, além da possibilidade de aplicação de multa.

Estigmatização e Marginalização Social

As falsas acusações de estupro geram impactos profundos e duradouros na vida dos inocentes, sendo a estigmatização e a marginalização social algumas das consequências mais devastadoras. Quando um indivíduo é acusado injustamente de um crime tão grave, a percepção pública frequentemente se inclina para a condenação moral imediata, mesmo antes de qualquer julgamento formal ou comprovação. Essa condenação ocorre porque o estupro é um dos crimes que mais provoca repulsa social, criando um ambiente em que o acusado, mesmo sendo inocente, é tratado como culpado desde o início.

A estigmatização social se manifesta de várias formas: rejeição por parte de amigos, familiares e colegas; perda de oportunidades profissionais; e exclusão de círculos sociais. Mesmo após a comprovação da inocência, o "rótulo" de acusado de estupro tende a permanecer, criando barreiras para o retorno à normalidade. A memória coletiva da acusação, muitas vezes amplificada pela cobertura midiática e pelas redes sociais, é difícil de apagar, resultando em um isolamento social que pode durar anos ou até mesmo uma vida inteira.

Além disso, a marginalização social não se limita ao âmbito pessoal, mas também afeta o contexto econômico e profissional. Muitos acusados perdem seus empregos devido ao impacto da acusação em sua reputação, enfrentam dificuldades para serem contratados novamente e podem ser rejeitados em novas tentativas de se reintegrarem à sociedade. Essa exclusão frequentemente leva ao agravamento de problemas psicológicos, como depressão, ansiedade e perda de autoestima, criando um ciclo de sofrimento que perpetua a marginalização.

O impacto da estigmatização e da marginalização social decorrente de falsas acusações de estupro ressalta a importância de uma abordagem equilibrada e justa no

tratamento desses casos. A presunção de inocência deve ser rigorosamente respeitada para proteger os direitos fundamentais do indivíduo acusado, evitando julgamentos precipitados que possam perpetuar injustiças e comprometer vidas de forma irreparável.

Sobre a Eficácia dos Sistemas de Justiça

Analisa a eficácia dos sistemas de justiça em lidar com falsas acusações de estupro. Eles identificam falhas processuais e a necessidade de métodos de investigação mais rigorosos para proteger os direitos dos acusados. Erros judiciais, onde indivíduos inocentes são condenados por crimes que não cometeram, representam uma das falhas mais graves do sistema de justiça. Esses erros podem resultar de uma variedade de fatores, incluindo identificações incorretas de testemunhas, confissões forçadas, uso inadequado de evidências forenses e defesa legal inadequada. A reversão dessas condenações é complexa e pode demorar muitos anos, durante os quais as vidas dos indivíduos inocentes são irreversivelmente afetadas.

Segundo Ferrajoli (2002), a eficácia do sistema de justiça vai além da repressão de crimes, abrangendo a proteção de direitos fundamentais, como a presunção de inocência e o devido processo legal.

Um dos aspectos críticos para evitar erros judiciais é o treinamento em técnicas investigativas e na avaliação de provas. Profissionais do direito devem ser capacitados para entender e utilizar evidências forenses, como análise de DNA, impressões digitais e outras tecnologias modernas. Esse conhecimento é crucial para garantir que as provas sejam coletadas e interpretadas corretamente, reduzindo o risco de condenações injustas.

Reformas no sistema judicial, focadas na melhoria dos procedimentos investigativos, supervisão rigorosa, e proteção contra confissões falsas, são necessárias para melhorar a detecção de falsas acusações e assegurar que a justiça seja verdadeiramente justa. A combinação de educação contínua, sensibilização para a diversidade e a implementação de tecnologias avançadas contribuirá para um sistema judicial mais eficaz e confiável.

Políticas Públicas e Intervenções

A revisão da literatura abrange também as políticas públicas e as intervenções necessárias para fazer face ao impacto das falsas acusações de violação, promovendo um equilíbrio entre a proteção das vítimas reais e a defesa dos direitos dos arguidos inocentes. Vários autores e estudos destacam estratégias eficazes para prevenir falsas acusações e fornecer apoio adequado aos acusados injustamente.

As campanhas de educação e sensibilização do público são fundamentais para educar a sociedade sobre a gravidade das falsas acusações e o seu impacto. Estas iniciativas devem incluir mensagens claras sobre a importância da denúncia responsável de crimes verdadeiros, as consequências jurídicas e sociais de denúncias falsas e o impacto devastador que têm na vida de pessoas inocentes. Além disso, tais campanhas podem desmistificar preconceitos e esclarecer que a defesa dos direitos dos arguidos inocentes não é incompatível com o combate ao crime de violação, mas antes procura garantir a justiça e o equilíbrio.

As reformas do sistema judicial também terão impacto no tratamento de falsas acusações. Medidas como o fortalecimento das investigações preliminares, a adoção de procedimentos mais rigorosos de coleta e análise de provas e a capacitação dos profissionais envolvidos no processo judicial podem reduzir o risco de condenações injustas. Além disso, deve ser assegurado que os direitos dos arguidos sejam protegidos durante todo o processo e que a presunção de inocência seja respeitada, tal como estabelecido nos princípios fundamentais da justiça. Os serviços de apoio psicológico constituem outra medida importante, incluindo a criação de centros de apoio psicológico dedicados a indivíduos que tenham sido injustamente acusados. Estes centros podem oferecer programas de terapia, aconselhamento e reintegração para ajudar na recuperação emocional e espiritual do sujeito e minimizar os efeitos do estigma e da marginalização.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica com abordagem descritiva e qualitativa, realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos. O objetivo principal foi investigar o impacto psicológico causado pelas falsas acusações de estupro na vida de indivíduos inocentes.

O tema central deste trabalho é o impacto psicológico nas vidas dos inocentes acusados injustamente de estupro, com enfoque na vivência desses indivíduos na sociedade após a acusação. Para tanto, as etapas da pesquisa incluíram um levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros e revistas. As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Eletrônica Científica SciELO, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Google Acadêmico. A revisão bibliográfica permitiu analisar os principais transtornos psicológicos associados a falsas acusações, como ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Também foram exploradas questões como a estigmatização social, o isolamento enfrentado pelos acusados, a perda de confiança e autonomia, bem como os efeitos a longo prazo na saúde mental e na reintegração social e profissional.

Além disso, este estudo buscou compreender os desafios enfrentados pelos inocentes no processo de reconstrução de suas vidas, considerando tanto os impactos emocionais quanto os prejuízos na reputação e nas relações sociais. As palavras-chave utilizadas para encontrar os artigos foram: falsas acusações, impacto psicológico, estupro, injustiça judicial, estigmatização, saúde mental e reputação social.

O trabalho contribui para ampliar a compreensão sobre os danos profundos causados por falsas acusações, evidenciando a necessidade de medidas mais eficazes para proteger tanto as vítimas reais quanto os acusados injustamente, promovendo um equilíbrio no sistema de justiça e maior sensibilidade social.

RESULTADOS

Espera-se que o estudo forneça uma imagem abrangente e detalhada do impacto significativo que as falsas acusações de violação têm na vida de pessoas inocentes, abrangendo aspectos psicológicos, sociais, jurídicos e profissionais.

Psicologicamente, as pessoas que foram acusadas injustamente enfrentam frequentemente distúrbios como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além de experiências contínuas de medo, vergonha e insegurança. Também são comuns a perda de autoestima e o surgimento de pensamentos autodepreciativos, que podem ser agravados pelo julgamento social e pela dificuldade de superar traumas. Muitos relatam ter dificuldade em reconstruir as suas vidas emocionais e enfrentar barreiras para restaurar relacionamentos pessoais ou familiares saudáveis.

Na esfera social, o estigma é severo e os arguidos são muitas vezes marginalizados pela sociedade, mesmo depois de provarem a sua inocência. Esta rejeição leva à deterioração dos relacionamentos, à perda de apoio de amigos e familiares e ao aumento do isolamento. As redes sociais e os meios de comunicação digitais tendem a amplificar os danos, a perpetuar a difamação e a dificultar a reintegração.

Do ponto de vista profissional, as falsas acusações resultam frequentemente em despedimento, despedimento ou perda de oportunidades de emprego, muitas vezes de forma irreversível. Uma reputação prejudicada torna difícil recuperar a confiança dos empregadores e dos colegas, conduzindo à instabilidade financeira a longo prazo e à redução da qualidade de vida.

Na esfera social, o estigma é severo e os arguidos são muitas vezes marginalizados pela sociedade, mesmo depois de provarem a sua inocência. Esta rejeição leva à deterioração dos relacionamentos, à perda de apoio de amigos e familiares e ao aumento do isolamento. As redes sociais e os meios de comunicação digitais tendem a amplificar os danos, a perpetuar a difamação e a dificultar a reintegração.

Do ponto de vista profissional, as falsas acusações resultam frequentemente em despedimento, despedimento ou perda de oportunidades de emprego, muitas vezes de forma irreversível. Uma reputação prejudicada torna difícil recuperar a confiança dos empregadores e dos colegas, conduzindo à instabilidade financeira a longo prazo e à redução da qualidade de vida.

DISCUSSÃO

A discussão deste estudo demonstra que falsas acusações de violação têm consequências de longo alcance e multifacetadas, expondo graves lacunas no sistema de justiça e nas percepções da sociedade. Psicologicamente, os arguidos enfrentam graves repercussões como perturbações de ansiedade, depressão e perturbação de stress pós-traumático, que não só afetam a sua atual saúde mental, mas também deixam marcas duradouras que dificultam a sua reintegração na sociedade e na carreira. Na sociedade, a estigmatização dos arguidos reflete preconceitos estruturais e a tendência da sociedade para presumir a culpa, mesmo depois de provada a inocência, o que alimenta o isolamento e prejudica as relações. Do ponto de vista da

carreira, os danos à reputação são quase irreversíveis, levando à perda de empregos e à discriminação contínua.

Além disso, as descobertas ressaltam a vulnerabilidade do sistema de justiça ao abordar essas alegações. Decisões equivocadas surgem de falhas em investigações, erros processuais e ferramentas insuficientes para avaliar a veracidade das alegações, tudo isso corrói a confiança pública na justiça. A ausência de assistência psicológica e jurídica para réus inocentes enfatiza a necessidade de um método mais compassivo e eficaz de lidar com esses casos.

Essas observações destacam a necessidade crítica de políticas públicas que defendam investigações completas e imparciais e iniciativas de conscientização que informem o público sobre as consequências graves de falsas acusações. Estabelecer serviços especializados para auxiliar réus inocentes é crucial para aliviar os danos infligidos por essas circunstâncias e prevenir injustiças contínuas, enquanto reforçar o sistema de justiça é vital para restaurar sua credibilidade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vidas de indivíduos inocentes são profunda e devastadoramente impactadas por falsas acusações de estupro, levando a repercussões psicológicas, sociais e profissionais. Os acusados frequentemente sofrem de graves transtornos psicológicos, incluindo ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, que não apenas prejudicam seu bem-estar mental, mas também criam cicatrizes duradouras que complicam sua reintegração à sociedade. Socialmente, essas acusações resultam em inevitável estigmatização e marginalização, pois a sociedade frequentemente adota uma presunção de culpa, mesmo após um veredito de inocente. Tais consequências não apenas isolam os acusados, mas também prejudicam seus relacionamentos pessoais e profissionais, minando sua qualidade de vida geral.

A pesquisa indica que o sistema judicial exibe vulnerabilidades ao lidar com essas circunstâncias, ressaltando a necessidade de abordagens investigativas mais completas e imparciais. Os resultados enfatizam a importância de políticas públicas e intervenções destinadas a diminuir a frequência de falsas alegações, ao mesmo tempo em que fornecem assistência adequada a indivíduos que foram acusados injustamente. Os objetivos do estudo são realizados por meio da identificação dos efeitos

primários de falsas acusações e da recomendação de estratégias para aliviar os danos resultantes. As contribuições teóricas servem para ampliar a discussão em torno das ramificações psicológicas e sociais de alegações infundadas, enquanto as contribuições práticas oferecem sugestões para aprimorar a assistência jurídica e psicológica aos acusados.

As limitações do estudo incluem a dependência de fontes bibliográficas e a ausência de dados empíricos que possam aprofundar a análise dos impactos. Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de entrevistas com vítimas de falsas acusações e a aplicação de metodologias mistas para obter uma compreensão mais ampla e detalhada do fenômeno. A pesquisa responde à questão inicial, reafirmando que as falsas acusações afetam profundamente os inocentes e destacando a necessidade de uma abordagem sistêmica para prevenir tais injustiças.

REFERÊNCIAS

ACS, **Denúncia Caluniosa**, 2017, Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/denunciacaocaluniosa#:~:text=0%20artigo%20339%20do%20C%3%B3digo,que%20sabe%20que%20%C3%A9%20inocente>>

BRASIL. **Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (PePSIC)**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200002. Acesso em: 15 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório do Grupo de Trabalho sobre Reconhecimento de Pessoas**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-gt-reconhecimentode-pessoas-v5-17-10-2022.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

FERREIRA, J. **Abuso sexual**: o valor probatório da palavra da vítima e as consequências. *Revistas Unipacto*. Disponível em: https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2022/844_abuso_sexual_o_valor_probatorio_da_palavra_da_vitima_e_as_consequencia.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

FILHO, Edson Almeida. **Falsas memórias**: os perigos da palavra da vítima em crimes contra dignidade sexual, 2022, Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/362663/os-perigos-da-palavra-da-vitimaem-crimes-contra-dignidade-sexual>>

ALÉM DA INJUSTIÇA: O IMPACTO DAS FALSAS ACUSAÇÕES DE ESTUPRO NA VIDA DOS INOCENTES. Jeovana Oliveira SILVA; Juliana Carvalho PIVA. *JNT - Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE DEZEMBRO - Ed. 57. VOL. 01. Págs. 559-570. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

MOURA, Karol. **Os impactos da falsa acusação de estupro nas pequenas comunidades.** JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-impactos-da-falsa-acusacao-de-estupronas-pequenas-comunidades/759096477>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Daniela. A falsa acusação do crime de estupro e seus reflexos na vida do acusado. **Revista Fato & Direito.** Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-falsa-acusacao-do-crime-de-estupro-e-seusreflexosna-vida-do-acusado/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SITES CONSULTAOS

- Abuso sexual em crianças e adolescentes. (2024). retrieved November 26, 2024, from www.scielo.br/j/rpc/a/GBYS36LCbDpX5VGtFyBDyCf/?format=pdf.